

DA MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA À CRIAÇÃO DE MERCADORIAS VERDES¹

Mariana Bombo Perozzi GAMEIRO²
Rodrigo Constante MARTINS³

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir algumas das formas e sentidos da apropriação da natureza na moderna sociedade capitalista. Para tanto, está dividido em duas partes, precedidas pela introdução. A primeira parte traça um esboço da gênese da mercantilização da natureza, com ênfase na transformação da terra em mercadoria e na dissociação homem-natureza, a partir de textos de Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Karl Polanyi e Pierre Bourdieu. Na sequência, aponta-se como a emergência da questão ambiental possibilita a criação de novas mercadorias de apelo sustentável, com respaldo empírico em breves observações acerca do setor sucroenergético e do etanol brasileiro. Sugerimos, por fim, que as “mercadorias verdes” apelam para uma reaproximação sensível e epistemológica entre o homem e a natureza, no intuito de intensificar o processo de acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade e natureza. Ruralidades e meio ambiente. Mercadorias verdes. Mercantilização da natureza.

Introdução

A separação entre o homem e seus meios de produção constitui a essência do capitalismo, permanentemente reiterada pelos diferentes regimes de acumulação. Esta é a premissa para que sociedades capitalistas convertam em mercadoria elementos antes indissociáveis do homem, como a terra ou, num sentido mais amplo, a natureza.

Se, originalmente, a terra constituía uma parte do “corpo inorgânico” do homem (MARX, 1981), a expulsão efetiva de grupos e classes de seus territórios, com a apropriação privada de terras comuns e a própria constituição do moderno pensamento ocidental, que concebe a natureza como algo exterior ao humano, favoreceram a dissociação desses dois elementos. Externa ao homem, a natureza se torna passível de ser dominada, controlada, explorada. Conceitualmente separada, torna-se um objeto a ser usado, descartável quando conveniente, substituído sempre que necessário. Uma mercadoria regida por leis de oferta e procura.

¹ Este trabalho conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Pesquisadora do Grupo de Estudos Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS). Doutoranda em Sociologia. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas - Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - marianaperozzi@gmail.com

³ Coordenador do Grupo de Estudos Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS). UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - rmartins@ufscar.br

Desde que a natureza se converte em um conjunto de objetos e processos de trabalho, desde que os processos ecológicos participam da formação de valor e da produção de mais-valor, a natureza é absorvida no processo de reprodução do capital (LEFF, 1986). Mas a articulação entre natureza e sociedade não pode ser explicada como um simples intercâmbio entre a cultura e seu meio ambiente. Nem é possível pensar uma formação social como uma população inserida em um ecossistema biológico, nem limitar a existência ontológica da natureza às narrativas que o homem elaborou sobre ela ao longo de sua história. Segundo Leff (1986), é o processo de produção material, de acumulação e expansão do capital o que condiciona o funcionamento, a evolução e a estruturação dos ecossistemas, assim como as formas técnicas de apropriação e transformação da natureza.

Inscritos na dinâmica do capital, os processos que possibilitam a separação entre homem e natureza são os mesmos que criam mercado para qualidades essenciais dos seres humanos e sua produção, a exemplo do trabalho (atividade própria à vida) e do tempo de trabalho (mercadoria dela extraída).

Segundo Taussig (2010), o sistema mercantil do capitalismo moderno engendra uma mentalidade mercadológica, segundo a qual, as pessoas tendem a ser vistas como mercadorias e estas se inclinam a ser concebidas como entidades animadas que dominam as pessoas. Ao contrário dos antigos modos de organização que uniam os indivíduos em relações diretas de produção e troca, o mercado coloca-se entre as pessoas, mediando a consciência direta das relações sociais através das leis abstratas que regem a relação entre mercadorias. Quando o sustento das famílias passa a depender das relações estabelecidas pelas mercadorias, o mercado torna-se garantia de sua coerência espiritual. A concepção orgânica da sociedade é dissolvida, portanto, por dois processos sinérgicos: o comunitário e a mutualidade dão lugar ao interesse pessoal, e as mercadorias - não as pessoas - passam a dominar o ser social.

Assim, as bases de subsistência estabelecidas pelo mercado tornam-se um reiterado ritual cotidiano pela sobrevivência, que agrupa feixes de sentido, antes desconectados, em uma rede de associações, à primeira vista, coerente e naturalizada. O paradigma da mercadoria passa a ser predominante no entendimento da humanidade, das relações sociais e do mundo em geral (TAUSSIG, 2010).

O objetivo deste artigo é discutir algumas das formas e sentidos da apropriação da natureza na moderna sociedade capitalista. Para tanto, inicialmente, o texto visitará alguns trabalhos de reconhecida importância, no espectro da teoria social, que abordam a gênese do processo de mercantilização da natureza, na passagem das economias pré-capitalistas para as capitalistas, tendo como foco a questão da propriedade da terra e a dissociação das relações

entre homem e natureza. Num segundo momento, sustentará que a emergência da questão ambiental, tal como a conhecemos hoje, possibilita a criação de novas mercadorias, as quais – sugerimos – têm uma característica especial: elas apelam para uma “reaproximação” entre homem e natureza. Responsabilizando-o pela degradação dos recursos naturais e imputando-lhe o papel de guardião das condições ambientais de vida no planeta, as mercadorias “sustentáveis”, que aqui chamamos de “mercadorias verdes”, intensificam os ciclos de acumulação do capital. Desta vez, porém, dispensam a violência deliberada empregada em sociedades pretéritas (tribais, feudais e coloniais), e se apoiam numa ordem de valores ecológicos, éticos. Por fim, uma breve análise de documentos relativos ao etanol brasileiro fundamentará empiricamente esses argumentos.

A terra como meio de trabalho, sociabilidade e sua transformação em mercadoria

Interessa-nos, nesta seção, analisar os aspectos culturais e mercadológicos das relações do homem com a terra – muitas vezes tomada, neste trabalho, como *proxy* para natureza. Não existindo, em épocas pré-capitalistas, como conceitos separados, natureza e homem eram tidos em relação dialética, mediada pelo trabalho. Esta relação implicava na apropriação dos elementos naturais pelo homem, de tal modo que a propriedade da terra já estava presente nas formações econômicas pré-capitalistas, constituindo a unidade natural do trabalho do homem com seus pressupostos materiais (MARX, 1981). Naquelas comunidades, o trabalhador tem uma existência objetiva; ele relaciona-se consigo mesmo e com os demais membros da comunidade como proprietário das condições de sua realidade. Cabe pontuar, como faz Hobsbawm (1981), que este conceito de propriedade não deve ser, de forma alguma, identificado com a forma específica da propriedade privada capitalista, pois implica apenas numa apropriação, em retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza (inclusive o próprio corpo). De tal modo, representa originalmente, apenas, um aspecto do trabalho, cuja finalidade não é a criação de valor, mas sim a manutenção do proprietário individual, da sua família, e da comunidade como um todo.

Assim, para Marx (1981), o primeiro pressuposto desta forma inicial de propriedade da terra é a comunidade humana: a família, a tribo, as combinações de tribos (via casamentos ou outras relações). Como na vida nômade os homens não se fixavam a um local, a comunidade tribal (grupo natural) não surge como uma consequência, mas sim como a condição prévia da apropriação e do uso conjunto, temporário, do solo. Por isso, o autor afirma que a terra é o grande laboratório que proporciona tanto os meios e objetos de trabalho

como a base da comunidade. “As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo.” (MARX, 1981, p. 67).

Marx (1981) descreve diversas formas de apropriação da terra e dos recursos naturais, segundo diferentes modelos de organização social, como o asiático, o greco-romano, o germânico. Em todas elas, há a apropriação das condições naturais do trabalho, ou seja, do solo, implicando na propriedade comunal ou individual da terra, que ele considera como “a natureza inorgânica” da subjetividade do homem. Nessas formas pré-capitalistas, o homem estabelece um modo objetivo de existência na terra que antecede sua atividade (e não surge como simples consequência dela). A terra é, portanto, “[...] como sua própria pele, como são seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, no processo da vida.” (MARX, 1981, p. 78).

A propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica pré-capitalista, cujo objetivo é a produção de valores de uso. A mediação entre homem e terra dá-se pela existência do indivíduo como membro de uma comunidade, a qual ocupa o solo pacífica ou violentamente. “Um indivíduo isolado, do mesmo modo que não poderia falar, não poderia ser proprietário do solo. Quando muito poderia viver dele, como vivem os animais [...]” (MARX, 1981, p. 78). O autor ressalta, aqui, que a propriedade de um elemento da natureza, de modo específico a terra, constitui um modo de sociabilidade para o homem, sobretudo enquanto carregada de valor de uso; esta forma de sociabilidade se transforma quando tal recurso é usado como insumo para a produção de valores excedentes. Assim, o ato de reprodução em si muda não apenas as condições objetivas – transformando aldeias em cidades, regiões selvagens em terras agrícolas, etc –, mas os produtores mudam com ele, pela emergência de novas qualidades, transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo, novas necessidades e novas maneiras de falar.

Em sua introdução ao livro *Formações econômicas pré-capitalistas* (MARX, 1981), Hobsbawm afirma que o progresso é observável na crescente emancipação do homem em relação à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação – a partir de uma determinada situação na qual os homens primitivos têm de lutar pela sobrevivência, a partir das relações originais e espontâneas que nascem do processo de evolução dos animais em grupos humanos – não apenas afeta as forças produtivas, como também as relações de produção. De um lado, as relações que os homens estabelecem entre si, como resultado da especialização do trabalho e da troca, se tornam cada vez mais sofisticadas,

fomentando a produção de mercadorias e propiciando as bases para a acumulação do capital. De outro lado, a dupla relação de trabalho-propriedade é progressivamente rompida, na medida em que o homem afasta-se da sua relação primitiva (espontaneamente desenvolvida) com a natureza.

Para Marx (1987), o trabalho é a categoria que permite pressupor que os homens apenas podem viver – biológica e culturalmente – se efetivarem uma contínua transformação da natureza. Diferentemente do que ocorre na esfera biológica, essa transformação da natureza é teleologicamente arquitetada; seu resultado é previamente construído a partir da experiência e de valores socialmente constituídos. Sob esta ótica, deixa de ser coisa-em si e torna-se relação. Diferentemente de Ricardo e Smith, o trabalho na dialética marxiana não é um componente fundamental do processo econômico de geração de riqueza social, mas sim uma categoria antropológica, base não só da cultura, mas da criação do próprio homem (MARTINS, 2004). Para Marx (1983, p.49):

O trabalho, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre homem e natureza, ou seja, a vida dos homens.

Martins (2004) destaca que, como condição do homem, o trabalho orienta a ação física não pelo instinto, mas pela capacidade reflexiva de seu agente (o que o distingue das demais espécies animais); como gênese, este atua sobre a natureza de maneira a modificá-la (humanizando-a) e modificar-se (naturalizando-se). Nesta simbiose de transformação do homem e da natureza, Marx aponta três momentos elementares: a atividade orientada ou o trabalho propriamente dito, o objeto a ser transformado e o meio (instrumentos) de transformação. Neste âmbito, a relação da sociedade com sua base biofísica assume sentido de interação, onde as propriedades da natureza interferem no caráter tanto dos produtos dos quais se serve a sociedade para a satisfação de suas necessidades, quanto dos objetos e das habilidades desenvolvidas para fins de transformação da própria natureza.

Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Já o trabalho que cria valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho. Abstraído de suas características concretas, essa forma de trabalho torna-se, na produção capitalista, simples dispêndio de energia, indiferente às suas manifestações singulares (MARTINS, 2004). O movimento de

criação de valor assume, então, um papel central, sobrepondo-se às determinações simples do trabalho, que são a de intercâmbio entre homem e natureza.

Gradativamente, a relação primitiva entre o homem e a natureza se distancia ao assumir a forma de uma progressiva separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização. Em outras palavras, trata-se da separação entre os meios e o objeto de trabalho, entre o trabalhador e a terra, fomentando a diferença entre o uso (que não tem importância direta para a produção capitalista) e a troca e acumulação (objetivos diretos de tal modo de produção). Ademais, segundo Hobsbawm (1981), o processo de emancipação do homem das condições naturais originais de produção é, também, um processo de individualização humana: uma vez que o homem surge como um ser genérico, tribal, “um animal de rebanho”, a troca atua como agente fundamental da individualização, “dissolvendo o animal gregário”. Este distanciamento, como mencionado, se completa quando o trabalhador é reduzido à simples força de trabalho, e a propriedade se restringe ao controle dos meios de produção. Transformado em mercadoria, o valor do trabalho passa a ser medido pelo tempo de trabalho abstrato necessário à sua reprodução. Na dialética marxiana, este é o ponto fundamental para a análise da moderna sociedade capitalista.

Esse processo transforma as relações do indivíduo com o que era a sua comunidade, a qual, no caso extremo do capitalismo, transforma-se num mecanismo social desumanizado, hostil e estranho ao indivíduo. O movimento histórico que separa o trabalho de seus meios exteriores indispensáveis é a causa da “acumulação primitiva”, assim chamada porque prévia à economia burguesa (MARX, 1979). Tal movimento é representado pela dissolução da ordem feudal, que produziu os elementos constitutivos da ordem capitalista, tendo como base a expropriação dos cultivadores.

Para melhor entender esse processo, cabe lembrar que, na Europa medieval, a terra era partilhada entre o senhor feudal e seus semi-servos, uma vez que aquele desfrutava de mais poder quanto mais súditos tivesse morando em seu solo. Em guerra com a realeza e o parlamento, porém, os senhores feudais da Inglaterra usurparam os bens comunais e expulsaram os camponeses do solo a que tinham direito. Com a expansão da manufatura e a alta dos preços da lã, no século XV, o dinheiro passava a ser considerado poder, daí a intenção de transformar a terra cultivável em pastos para a criação de ovelhas. A apropriação fraudulenta do domínio público e a pilhagem dos bens eclesiásticos tinham como fim fazer da terra um artigo de comércio e ampliar a agricultura em grande escala. As consequências diretas, segundo Marx (1979), foram o enriquecimento dos capitalistas, o empobrecimento das massas, a decadência das vilas e igrejas, a despeito de algumas medidas – na prática sem

efeitos - tomadas pelo parlamento inglês contra a usurpação das terras (as chamadas “leis de Henrique VII”).

Já no século XVII, as próprias leis se tornaram instrumento de espoliação, por meio do fechamento das terras comunais⁴, ao mesmo tempo em que os meios extralegais permaneciam em vigência. A classe de camponeses independentes, que viviam nas comunas, era suplantada e em seu lugar surgiam pequenos arrendatários. Em paralelo, crescia uma massa de proletários (antiga população do campo) disponível para a indústria e multiplicavam-se as grandes fazendas.

Acerca dos efeitos da concentração de terras, Marx (1979) destaca que os pequenos arrendatários (colonos ou proprietários) ingleses foram transformados em pessoas forçadas a ganhar o sustento trabalhando para outrem e a ir comprar no mercado os meios de sua subsistência; as cidades e manufaturas cresceram, porque nelas se lançou mais gente à procura de ocupação; os salários dos trabalhadores do campo começaram a cair abaixo do mínimo possível e foi necessário completá-los mediante “socorros oficiais”. “Em resumo, a situação das classes inferiores do povo piorou sob todos os aspectos.” (MARX, 1979, p.39). Ele completa: “No século XIX, nem mesmo a lembrança do laço que ligava o cultivador ao solo comunal existia mais.” (MARX, 1979, p. 42).

Além da Inglaterra, o autor descreve o conjunto de atos de violência por meio dos quais os grandes proprietários se livraram dos cultivadores e de suas moradias na Irlanda e, sobretudo, na Escócia, onde as *Highlands* eram compostas por clãs cujos chefes, por sua autoridade, converteram o direito de titularidade das terras em direito à propriedade privada, expulsando os outros membros do clã à força, queimando e destruindo aldeias. A terra podia, então, ser vendida; e o novo comprador, se inovador, empregaria ali métodos de cultivo que permitissem colher maiores rendimentos, com menores gastos. Na Escócia, posteriormente, ocorreu a conversão de pastagens em parques de caça, atividade que simbolizava *status* para a aristocracia e fonte de novos lucros para os proprietários de terras, já que o cultivo de alimentos em partes das *Highlands* não se mostrava tão rentável por ser uma região montanhosa. Como reflexo, houve queda na produção de alimentos e o aumento da miséria do povo, levando à grande fome dos celtas em 1847. A renda líquida dos grandes detentores de terras, porém, aumentou, de modo que a “riqueza nacional” também.

Seguindo os pressupostos teóricos marxistas, a transformação da terra em mercadoria nas colônias africanas e asiáticas foi objeto de dedicação de Luxemburgo (1970). Segundo a

⁴ *Bills for Enclosures of Commons*, decretos por meio dos quais os proprietários de terras “presenteavam” a si mesmos com os bens comunais.

autora, a Inglaterra criou artificialmente, na Índia, uma aristocracia territorial baseada nos direitos de propriedade tradicionais das comunidades camponesas, para fazer com que a terra passasse às mãos de capitalistas ingleses, sob a justificativa de proteger o camponês contra os opressores locais. Rapidamente surgiu na Índia a grande propriedade territorial, enquanto os camponeses se transformavam numa massa empobrecida de pequenos arrendatários. De modo característico, os ingleses foram os primeiros conquistadores da Índia que demonstraram indiferença diante das obras públicas civilizadoras de caráter econômico, já que, de acordo com a autora, árabes, afegãos e mongóis construíram ali grandes obras de canalização, estradas, pontes, poços, além de se preocuparem com o cultivo do solo, a irrigação, a segurança das estradas e o sustento dos viajantes – ao contrário dos ingleses.

A autora aborda também a conquista da Argélia pelos franceses. Segundo ela, a população cabila era dominada por antiquíssimas instituições econômicas e sociais, que, apesar da longa e movimentada história do país, conservaram-se até o século XIX, e parte delas até o XX. Entre os árabes lavradores, a terra era, na maior parte do tempo, propriedade coletiva das tribos. Laços estreitíssimos de solidariedade, auxílio mútuo e igualdade eram as normas dessas comunidades. Porém, a destruição sistemática e consciente da propriedade comum, e sua partilha, foi o polo sobre o qual girou a política colonial francesa durante meio século, com a finalidade de destruir o poder das famílias árabes como comunidades sociais e enfraquecer sua resistência. A maior parte das terras cultivadas, como as terras comuns, bosques e prados foram declarados propriedade do Estado e empregados para fins de colonização. Esse sistema, porém, não conduziu à colonização, mas limitou-se a produzir uma especulação desenfreada. Na maioria dos casos, os árabes readquiriram as terras que lhes haviam desapropriado, por meio da contração de grandes dívidas. Insegurança da propriedade, especulação e usura passaram a fazer parte do cenário cotidiano, ao qual se seguiu uma série de políticas desastrosas.

Fome e mortandade foram os resultados dos processos de colonização da Índia, Argélia e demais colônias, ao longo dos séculos. A solução proposta por uma comissão francesa que investigou as causas da extrema miséria argelina, porém, foi irônica: a salvação viria da “propriedade privada”, sob o argumento científico (baseado em Smith e Ricardo) que a propriedade privada é uma condição prévia para o aperfeiçoamento do cultivo intensivo do solo na Argélia (e, portanto, para evitar a escassez de alimentos), uma vez que ninguém empregaria capital ou trabalho intensivo numa terra que não fosse sua e cujos frutos não fossem seus (LUXEMBURGO, 1970).

Adicionando elementos teóricos à análise da sociedade cabila, Bourdieu (1979) reflete sobre as disposições econômicas dos agentes submetidos à colonização na Argélia. Para o autor, os agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora que nada tem a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva. À medida que evolui, a organização econômica colonizadora tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas, as quais envolvem o espírito de cálculo e previsão. Mas esse novo sistema de disposições não é elaborado no vazio; ele se constitui a partir de posições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à desagregação das bases econômicas; se constitui a partir dos *habitus* que os agentes portam.

Relativamente reduzida tanto no capitalismo nascente como na sociedade capitalista avançada, a discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia é, no caso das colônias, tão grande quanto possível. Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, as disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas anteriores coexistem na sociedade global e, por vezes, nos mesmos indivíduos. Em outras palavras, Bourdieu (1979) propõe a dualidade entre as disposições subjetivas e as estruturas econômicas. É deste modo que inúmeros comportamentos que poderiam parecer investimentos (racionais do ponto de vista econômico) obedecem a uma lógica que não é a do cálculo econômico racional. Na sociedade cabila argelina, por exemplo, as aquisições de terras se multiplicaram à medida que as bases econômicas da antiga sociedade desmoronavam, generalizando as trocas econômicas e gerando uma crise do *ethos* camponês. A motivação para essas aquisições, no entanto, vinha da preocupação em evitar que a terra da família caísse em mãos estranhas. Do mesmo modo, iniciativas inovadoras em termos de equipamentos agrícolas e domésticos tiveram origem no sentimento de honra e nas competições por prestígio entre partidos ou famílias nas aldeias, desprovidas de uma preocupação com a rentabilidade.

A permanência descontínua de outros ordens de valores, diferentes do racionalismo econômico neoclássico, porém, não evita a rarefação da população camponesa e a condensação do proletariado industrial. Nas colônias e nos ambientes rurais europeus, a terra fornecia tantos ou ainda mais produtos que antes, porque as condições da propriedade agrária eram aperfeiçoadas por métodos de cultivo e a concentração dos meios de produção. Além disso, os assalariados agrícolas foram obrigados a um trabalho mais intensivo, ao passo que o campo que eles exploravam por conta própria, e em seu próprio benefício, se reduzia

progressivamente, possibilitando aos empresários rurais capitalistas e aos arrendatários se apropriarem, cada vez mais, do seu tempo livre.

Nas cidades, por sua vez, as dificuldades de adaptação à disciplina do novo sistema social propiciou o surgimento de desocupados, mendigos e ladrões, tratados pela legislação como “criminosos voluntários”: “[...] foi assim que a população dos campos, violentamente expropriada e reduzida à vagabundagem, ficou submetida à disciplina que exige sistema assalariado, por leis de um terrorismo grotesco: pelo açoite, a marca com ferro em brasa, a tortura e a escravidão.” (MARX, 1979, p.64).

Os acontecimentos que transformaram os cultivadores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital criam para este (o capital) seu mercado interior. Antigamente, a mesma família camponesa confeccionava e depois consumia diretamente os animais e as matérias-brutas fruto de seu trabalho. Reduzidas, agora, a mercadorias, esses produtos são vendidos por atacado ao arrendatário, que por sua vez, os vende às manufaturas. Fios, tecidos e lãs, antes ao alcance de toda a família camponesa, convertem-se em artigos de manufatura para os quais os camponeses servem de mercado. Como diz Marx (1979), as fibras do linho não mudaram, mas uma “nova alma social” passou a deslizar em seu corpo.

Para Luxemburgo (1970), este é o fim da economia natural, definida como a produção em função das necessidades domésticas, não existindo ou sendo escassa a demanda por mercadorias estrangeiras. Para a autora, os fins econômicos do capitalismo em sua luta com as sociedades de economia natural são, primeiramente, a apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra e os minerais, seguida da introdução da economia de mercado e da separação entre agricultura e artesanato:

Para obrigar a massa de camponeses a comprar suas mercadorias, o capital esforça-se em reduzir a economia rural a um só ramo, do qual não pode apoderar-se imediatamente ou sem dificuldades, devido às relações de propriedade na Europa: à agricultura. (LUXEMBURGO, 1970, p. 343-344).

Nesse processo de separação da agricultura e do artesanato, intervieram múltiplos fatores como a pressão tributária, a guerra, a venda forçada e a monopolização da terra nacional. Para Luxemburgo (1970), esse processo foi mais radicalmente empregado nos Estados Unidos. A autora descreve que as estradas de ferro, construídas com capital europeu, conduziram os fazendeiros americanos às imensas regiões do Este e Oeste, “onde estes exterminaram os indígenas com armas de fogo, cães policiais, licores e sífilis” (LUXEMBURGO, 1970, p.344). Depois, apropriaram-se de suas terras como se fossem

“livres”, para desbravá-las e cultivá-las. Nas palavras da autora, o fazendeiro americano do período anterior à Guerra de Secessão sabia fazer um pouco de cada coisa, não necessitando ajuda do mundo exterior. Depois da guerra, porém, verificou-se intenso desenvolvimento dos meios de transporte e da indústria, graças às tarifas aduaneiras cada vez mais elevadas. Para impulsionar a construção de estradas de ferro, ofereceram-se às companhias ferroviárias enormes lotes de terras americanas. As estradas e a especulação de terras atraíram emigrantes europeus aos Estados Unidos. Nos primeiros anos que se seguiram à guerra civil, os proprietários de plantações dos estados do Sul viram-se obrigados a introduzir o arado a vapor e outras tecnologias, após a emancipação dos negros. A autora narra que, em todo o Oeste, o fazendeiro passou a vender seu gado e comprar carne fresca, vender seus porcos e comprar presunto, vender suas frutas e comprá-las na forma de compotas. Se semeava o linho, ao invés de fiá-lo, tecê-lo e fazer roupas para seus filhos, ele passou a vender as sementes e comprar o vestuário. As pequenas oficinas das fazendas cederam lugar às grandes usinas e fábricas das cidades. Finalmente, o próprio trabalho agrícola mecanizou-se. “Hoje ele compra quase tudo o que antes produzia sozinho, e para isso precisa de dinheiro. [...] A produção de mercadorias é a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver”, afirma Luxemburgo (1970, p.348-349).

O processo de desenvolvimento capitalista também é objeto de discussão de Karl Polanyi (2000), que dedica-se à questão da mercantilização da terra a partir das tentativas de implementação de uma economia liberal de mercado. O autor defende que um mercado autorregulável é utópico, não podendo existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade. Por isso, a ideia de autorregulamentação constituiu-se numa inversão da tendência de desenvolvimento, uma vez que, antes do século XIX, o sistema econômico era absorvido pelo social, e os mercados eram acessórios da vida econômica.

Remetendo também ao sistema feudal e de guildas (corporações de ofício), Polanyi (2000) mostra que a terra e o trabalho formavam parte da própria organização social. A terra era a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político. Seu *status* e função eram determinados por regras legais e costumeiras: se a sua posse era transferível ou não, a quem e sob quais restrições; em que implicavam os direitos de propriedade; de que forma podiam ser utilizados alguns tipos de terra – todas essas questões estavam sujeitas a regulamentações institucionais e ficavam à parte da questão de compra e venda. O mesmo com o trabalho. As relações do mestre, do jornaleiro e do aprendiz; as condições do artesanato; os salários dos trabalhadores, tudo era regulamentado pelo costume e pelas regras da guilda e da cidade.

Enquanto Marx e Luxemburgo viam na dissolução do feudalismo a base do capitalismo e da destruição das relações do homem com a natureza e seus meios de trabalho, Polanyi entende que o *status* feudal da terra só foi abolido naquilo que estava ligado aos privilégios provinciais; no restante, a terra permaneceu *extra commercium*, tanto na Inglaterra quanto na França. Para Polanyi (2000), o mercantilismo jamais atacou as salvaguardas que protegiam a terra e o trabalho e os impedia de se tornarem objetos de comércio. O sistema mercantilista, embora enfatizasse a comercialização como política nacional, pensava os mercados de maneira contrária à economia de mercado (regulação via preços), haja vista a amplitude da intervenção estatal na indústria. O autor afirma que os mercantilistas eram similares aos feudais neste aspecto, divergindo apenas quanto aos métodos: uns apelavam para os costumes e a tradição, outros, para a autoridade dos estatutos e leis. Ambos, porém, seriam avessos à ideia de comercialização da terra e do trabalho – uma pré-condição da economia de mercado.

A economia de mercado, defendida pela corrente teórica do liberalismo econômico, é um sistema econômico controlado e dirigido apenas por mercados, que regulam a ordem na produção e distribuição dos bens e serviços via preços. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários, e pressupõe a presença do dinheiro. A autorregulação significa, pois, que toda a produção é destinada para venda, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, a economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. Polanyi (2000) argumenta, contudo, que trabalho e terra nada mais são do que os próprios seres humanos que constituem as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado, por meio da criação de mercadorias fictícias:

É com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo de mercado se engrena aos vários elementos da vida industrial. As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. [...] Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias. O postulado de que tudo que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. (POLANYI, 2000, p.93-94).

Partindo de uma perspectiva teórica diferente da marxista, Polanyi (2000) complementa seu raciocínio explicando que trabalho é apenas um outro nome para a atividade

humana que acompanha a própria vida, não podendo ser armazenada ou mobilizada; terra é outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra. Por isso, “a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia”⁵ (POLANYI, 2000, p. 94). Não obstante, é com a ajuda dessas ficções que os mercados reais são organizados, posto que esses elementos são, de fato, comprados e vendidos no mercado. Segundo o autor, a ficção da mercadoria oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as instituições, de formas variadas.

Neste sentido, permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. De acordo com Polanyi (2000), a “força de trabalho”, por exemplo, não poderia ser usada indiscriminadamente, sem afetar também o indivíduo humano portador desta “mercadoria peculiar”. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também da entidade física, psicológica e moral do homem ligado a esta etiqueta, e este sucumbiria se despojado da cobertura protetora das instituições culturais. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, manchadas as paisagens, poluídos os rios, destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Afirmando que nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, o autor ressalta que, como regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social; mas se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade sucumbe no processo.

As discussões empreendidas por Marx, Luxemburgo, Bourdieu e Polanyi sobre as transformações nas modalidades de acesso e uso à terra em diferentes contextos sócio-espaciais podem contribuir sobremaneira para a problematização da moderna questão ambiental. Em particular, para a explicitação das estratégias de ecologização das mercadorias e de seus modos de produção, conforme veremos a seguir.

A questão ambiental e as mercadorias verdes

Vimos, até aqui, que o desenvolvimento das formações sociais e a transformação da natureza não resulta apenas de um processo de adaptação, assimilação e evolução dos diferentes grupos humanos a um meio exuberante e hostil. Essas mudanças históricas têm sido

⁵ Polanyi (2000) ressalta que a afirmativa de Marx do caráter fetichista dessas mercadorias se refere ao valor de troca de mercadorias genuínas e não tem nada em comum com as mercadorias fictícias mencionadas em seu texto.

determinadas pelas relações sociais de produção e por suas formas históricas de subordinação aos modos de produção dominantes.

Martins (2004), partindo do processo de trabalho⁶ para analisar as questões relativas ao uso social da natureza e de seus processos ecológicos, pondera que a interação homem-natureza não pode ser reduzida às funções analíticas da economia neoclássica. Para o autor, ao contrário, as formas de interação entre sociedade e natureza são estabelecidas historicamente, sendo, portanto, produtos de interesses e ações sociais contraditórias e conflitivas. Logo, os aspectos relacionados ao uso social dos recursos naturais, bem como suas consequências para os ecossistemas envolvidos, devem ser compreendidos como partes integrantes de totalidades concretas, onde, além das relações de propriedade, também as formas de produção social sobre estes recursos, os modos de regulação de seus usos e a construção histórica das necessidades sociais de consumo assumem posições centrais de análise.

Para Leff (1986), a sobredeterminação que exerce a dinâmica do capital na transformação dos ecossistemas e a racionalidade de uso dos recursos naturais está sempre condicionada por diferentes estilos étnicos de aproveitamento dos recursos de uma cultura que mediam as interrelações entre os processos ecológicos e os processos históricos. Preservadas as especificidades conceituais e teóricas de cada autor, essa visão de Leff tem pontos de convergência com as assertivas de Bourdieu (1979) acerca da dualidade entre as disposições subjetivas e as estruturas econômicas.

Leff (1986) entende que as economias indígenas e camponesas têm uma natureza não cumulativa; a racionalidade da produção rural e das economias de subsistência integram valores culturais orientados por objetivos de estabilidade, prestígio, solidariedade interna e satisfação endógena de necessidades, assim como as normas sociais de acesso da comunidade e de distribuição equitativa dos recursos ambientais. Esta racionalidade produtiva se contrapõe à especialização e à homogeneização da natureza, bem como à maximização do benefício econômico a curto prazo, buscadas pelas firmas capitalistas que exploram os recursos naturais para a produção de suas mercadorias.

Sozinha, a determinação econômica das trocas mercantis, portanto, não dá conta da complexidade das articulações entre sociedade, cultura e natureza. É necessário perceber a materialidade da cultura - a linguagem, as formações do inconsciente, as estruturas simbólicas, a organização social - para conhecer os modos de articulação do processo de reprodução do capital com as diferentes formações sociais, assim como os efeitos inversos das

⁶ Martins (2004) considera que a categoria trabalho, na acepção marxiana, não dá origem ao simbólico; o trabalho é também o simbólico. Não existe, sob tal perspectiva, a dualidade necessidade-cultura.

lutas sociais por autonomia cultural, propriedade da terra e pela apropriação de recursos. A organização cultural de uma formação socioeconômica aparece, então, como um tecido de valores, de formações ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida, em um contexto geográfico e um momento histórico dados. Contemporaneamente, em meio ao que Leff (1986) chama de “cultura ecológica”, a questão do ambiente surge como um princípio ético, reorientador das práticas sociais e econômicas da sociedade moderna, o que decorre da percepção geral que a atividade humana causa prejuízos ao meio ambiente, pela exploração econômica desenfreada de seus recursos.

As iniciativas de reflexão sobre os modernos problemas socioambientais empreendidas a partir das categorias marxianas, no geral, apontam não para uma crise ambiental – como, por vezes, os ecologistas chegam a afirmar –, mas sim para uma contradição de formas de vivência social (MARTINS, 2004). Para Stahel (1999), por exemplo, trata-se de uma crise da sociedade produtora de valor excedente, que não consegue incorporar em sua lógica a situação de finitude dos recursos ecológicos, por uma incapacidade de interpretação do esgotamento do objeto alvo do trabalho.

O'Connor (1991), por sua vez, entende que as crescentes barreiras naturais de expansão da produção capitalista constituem-se em uma das contradições próprias deste modo de produção. Isto porque, na medida em que a produção de valores excedentes tem gerado níveis progressivos de exaustão dos recursos naturais, e sendo tais recursos – juntamente com os demais processos ecológicos – elementos fundamentais no sistema de produção de mercadorias, o capital estaria sendo cada vez mais forçado a criar condições para a manutenção da produtividade de diversos ecossistemas, sob a pena de enfrentar crises agudas de subprodução.

Pressupondo a situação de exaustão dos recursos naturais, tal como o faz O'Connor, Martins (2004) levanta a hipótese de que, ao contrário do sugerido por aquele autor, tais restrições podem não gerar como efeito mais importante a subprodução, mas sim a demanda, por vezes, antecipando-se a um quadro de maior escassez, pela garantia de exploração dos recursos naturais no âmbito do movimento de acumulação. Está garantido o mercado para a criação das *commodities* ambientais e do que estamos chamando de “mercadorias verdes”, produtos de apelo sustentável calcados numa referência à ética ambiental. Estas poderiam ser um meio de assegurar que, por via das relações de mercado, se garanta o uso dos recursos naturais ainda disponíveis para aqueles que tenham melhores condições de disputa/barganha em situações de competitividade de mercado. Neste caso em específico, segundo Martins (2004), a novidade a ser categorizada em termos analíticos é exatamente a mercantilização

direta de elementos ecossistêmicos, fato que, em Marx (1988), surge consubstanciado na análise das metamorfoses da renda da terra⁷. Todavia, se partirmos das determinações simples (gerais e particulares) que dão sentido e significação às totalidades concretas, podemos observar que, do mesmo modo que, ao ser transformado em mercadoria, o trabalho torna-se simples fonte indeterminada de produção de valor, a natureza, sendo seu par inevitável, ao ser mercantilizada também é desvinculada de seus significados sócio-culturais para restringir-se à *input* na produção de valor. Enfim, trabalho e natureza passam a ser reificados em formas sem história, ou seja, adquirem a aparência de fatores úteis no processo produtivo, mas sem relações de conteúdo formativo nem condição distinta nos modos de interação social.

Cabe lembrar, aqui, que Marx (1983) caracteriza a mercadoria como um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Nas sociedades capitalistas, a mercadoria possui duas propriedades principais, já mencionadas: seu valor de uso (a utilidade que ela apresenta a quem a consome) e seu valor de troca (medida quantificável que possibilita seu intercâmbio). A mercadoria capitalista possui, também, um caráter místico, seu fetiche: este não provém de seu valor de uso, mas sim do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1983). O fetiche⁸ se relaciona, assim, à fantasia que paira sobre o objeto, mascarando as desigualdades presentes nas relações sociais – as assimetrias de poder, a presença e organização das classes, a desigualdade estrutural -, as quais assumem aparente igualdade na troca entre diferentes mercadorias.

⁷ Martins (2004) afirma que, ao tratar da renda diferencial, Marx (1988) enfatiza que, embora os atributos naturais de uma dada extensão de terra não possuam e nem produzam valor, os mesmos podem se constituir, por outro lado, em base natural de lucro suplementar. Isto significa que a monopolização de uma queda d'água, por exemplo, não pode *per si* gerar lucro adicional à quem detém o monopólio; tal lucro advém somente da maior força produtiva do trabalho decorrente do aproveitamento da força natural gerada pela queda d'água. Cumpre então destacar que “[...] o valor de uso é sobretudo portador do valor de troca, mas não sua causa. O mesmo valor de uso, caso pudesse ser obtido sem trabalho, não teria nenhum valor de troca, mas continuaria a ter sua utilidade natural como valor de uso. Por outro lado, no entanto, uma coisa não tem nenhum valor de troca sem valor de uso, portanto sem tal portador natural do trabalho.” (MARX, 1988, p. 133).

⁸ Nas sociedades pré-capitalistas, os produtos também podem se transformar em fetiches, mas por razões bem diferentes. “No modo pré-capitalista de produção, não há definição mercadológica ou comoditizada dos valores e das funções de um bem, e o consumo é inteligível. Produtos parecem animados ou dotados de vida porque são vistos como algo que incorporou o meio social de onde vêm”. Em sua análise sobre os maori, Mauss (1967 apud TAUSSIG, 2010) disse que tudo se passava como se existisse uma força vital pertencente aos bens e serviços trocados que compelia à reciprocidade. Ao trocar-se algo, de fato, trocava-se uma parte de si. O fetichismo encontrado na economia das sociedades pré-capitalistas resulta do sentido orgânico de unidade entre as pessoas e seus produtos, e isso contrapõe-se de forma gritante ao fetichismo da mercadoria nas sociedades capitalistas. As crenças no diabo que Taussig (2010) aborda em seu livro podem ser interpretadas como reação nativa à suplantação desse fetichismo tradicional pelo outro, moderno (capitalista). O diabo é o mediador do choque entre esses dois sistemas completamente diferentes de produção e troca; é um símbolo da dor e da destruição que os canaviais e as minas causam, uma “horrenda distorção” do princípio da reciprocidade, percebida em termos pessoais, não mercantis.

O conceito de fetichismo da mercadoria serve para nos mostrar que a sociedade capitalista apresenta-se à consciência como algo diferente do que é. As relações sociais são desmembradas e parecem dissolver-se em relações entre meras coisas – produto do trabalho trocado no mercado. Como destaca Taussig (2010, p. 61):

Um éter de naturalidade – factual e física – oculta e recobre a organização social humana, a significação humana do mercado e o desenvolvimento de uma classe assalariada desapropriada. Em vez do homem como objetivo da produção, a produção torna-se o objetivo do homem – e a riqueza, o objetivo da produção.

O fetiche das mercadorias verdes está associado à emergência das preocupações ambientais na sociedade contemporânea, as quais, sob o tema da “sustentabilidade”, vêm ressignificando as relações do homem com a natureza e também com os mercados, provocando alterações no sentir, pensar e agir. A força do meio ambiente como propulsor de novas mercadorias para o sistema capitalista decorre do fato de ser este “[...] um campo que toca profundamente o imaginário, as representações e sistemas de valores sociais, porque obriga a repensar as relações entre sociedade, técnica e natureza e, portanto, tudo o que, na organização da sociedade, rege essas relações.” (JOLLIVET, 2001, p. 366). Neste repensar, argumentamos, apela-se para uma “reaproximação” sensitiva e epistemológica entre o homem e a natureza, esta última dependendo do primeiro para se perpetuar, sob risco de extinção das condições ambientais adequadas de vida do próprio homem.

Com efeito, o etanol fabricado a partir da cana-de-açúcar é uma mercadoria carregada de fetiches. Emerge no início do século XXI com a messiânica promessa de ajudar a humanidade a enfrentar os impactos dos desequilíbrios por ela produzidos: a exploração excessiva dos recursos naturais (sobretudo as fontes fósseis de energia), as emissões de gases causadores do efeito estufa, o aquecimento global e as eminentes ameaças à continuidade de vida das próximas gerações, ainda mantendo intocado o padrão de consumo a que estamos acostumados .

Subjacente a esta mercadoria “verde”, adjetivo que qualifica os produtos que se pretendem “sustentáveis” em nossa cultura ecológica, existem relações sociais históricas de expropriação dos trabalhadores rurais no cultivo e colheita da cana-de-açúcar, de concentração de terras e formação de latifúndios monocultores, poluição atmosférica e ameaça aos recursos hídricos, entre outros. Estas são algumas das relações que se ocultam quando o etanol é colocado no mercado e a opção por consumi-lo aparenta reduzir-se à comparação entre seus preços e os da gasolina. São algumas das relações que se ocultam

quando se elege o etanol como uma opção geopolítica estratégica para a expansão do Brasil nos grandes mercados demandantes de energia. São as mesmas relações que se ocultam quando o país se oferece para transferir modernas tecnologias de produção e processamento da cana-de-açúcar para países de aptidão agrícola similar, afirmando ser o etanol (ou a cana) o produto capaz de promover desenvolvimento rural e a inclusão socioeconômica de pequenos agricultores.

Se tais formas de exploração permanecem, na maioria das vezes, ocultas, não se pode afirmar que estejam invisíveis por completo. O setor sucroalcooleiro é alvo de frequentes críticas, sobretudo no tocante às condições de trabalho sobre as quais se assenta. A essas críticas, o setor responde com a formalização de acordos, compromissos voluntários e a adoção de “boas práticas”, tendo na outra ponta atores como governos, sindicatos, empresas de certificação, etc. Para Boltanski e Chiapello (2009), um dos efeitos da crítica que se opõe a processos capitalistas é que esta coage aqueles que são seus porta-vozes a justificá-lo em termos do bem comum. Nesta operação de justificação, o capitalismo incorpora uma parte dos valores em nome dos quais era criticado, sem pôr em xeque o próprio princípio de acumulação e a exigência de lucro. “O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço dessa mesma acumulação.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63).

O capitalismo encontra, assim, meios de renovar o caráter fetichista de suas mercadorias, em arenas de disputas que avançam para os domínios políticos, culturais, axiológicos, e de forma alguma se restringem ao âmbito econômico. No caso específico do etanol, as disputas pela atribuição de significados à mercadoria são marcadas também pela concorrência entre discursos científicos. Distantes da pretensa objetividade da ciência, os discursos científicos exercem significativa função de autoridade e são aqui entendidos como parte constitutiva de um campo composto por relações de força, concentração de poder e de capitais simbólicos.

Afirmar que a questão do “meio ambiente” emerge ou tem origem recente remete aos sentidos específicos que o tema adquiriu nas últimas décadas. Múltiplos problemas que tal questão abarca foram postos e tratados bem antes que a etiqueta “meio ambiente” fosse colocada, mas apenas nos anos 1970 ela adquiriu o sentido de uma preocupação de ordem geral, de um movimento profundo da sociedade, de um novo “fato social” (JOLLIVET, 2001). Assim, o meio ambiente tornou-se um novo componente durável da realidade social,

do funcionamento e da evolução da sociedade – tal qual o era a questão da propriedade da terra para as sociedades descritas na primeira parte deste artigo.

Hoje, a questão ambiental trata de uma série de questões institucionalizadas que mobilizam e organizam as representações coletivas, compondo um atual e expressivo “sistema de significações”, nas palavras de Leff (1986). Essa produção simbólica, segundo Jollivet (2001), passa por tudo que contribui para dar corpo àquilo que chamaríamos de “opinião pública institucional”: as mídias, as sondagens de opinião e o campo da política. Em diversos países, a criação de um “Ministério do Meio Ambiente”, por exemplo, consagra a questão ambiental como uma questão posta naquilo que Habermas chama de “espaço público” (JOLLIVET, 2001). Isso não significa que o meio ambiente seja uma preocupação prioritária, mas que serve como caixa de ressonância para um movimento militante não negligenciável, que constrói progressivamente uma opinião pública cada vez mais sensível acerca dos problemas ambientais, favorecendo a composição de uma “aura mágica” sobre as mercadorias verdes.

“Sociologicamente falando, nós nos encontramos frente a uma ‘ideologia’ no sentido estrito do termo, quer dizer, face a um campo estruturado de representações coletivas fundadas sobre um sistema de valores sociais.” (JOLLIVET, 2001, p. 359). Para o autor, as referências religiosas são, se não imediatas, ao menos muito próximas; e frequentemente remete-se a uma ética das relações com a natureza, das relações sociais e do bem comum. Jollivet (2001) menciona também a aproximação com uma ideologia política, que renova a questão democrática através de pontos como o direito do cidadão à informação e à participação na tomada de decisões públicas, embora ressalte que o caráter recente desta ideologia a torna difícil de identificar.

Para Buttel e Taylor (1994), a institucionalização tanto das necessidades sociais relativas à garantia dos direitos de cidadania, quanto da pressão social crescente pela preservação de ecossistemas como forma de assegurar condições ambientais de vivência têm sido a principal alternativa moderna de restrição aos efeitos socialmente indesejados da produção capitalista nas sociedades democráticas. Com este propósito, os debates em torno dos direitos trabalhistas e, mais recentemente, a constituição de metas de políticas ambientais, por exemplo, são algumas das formas de mobilização social mais recorrentes em busca da integridade socioambiental dos territórios submetidos à acumulação capitalista.

Para Jollivet (2001), o fato que a referência ao meio ambiente seja cada vez mais frequente na publicidade (sobretudo no domínio agroalimentar) e que o ambiente se transforme na base de todo um conjunto de inovações tecnológicas leva a pensar que o meio

ambiente pode ser um dos eixos de redesenvolvimento de uma economia industrial decadente. O autor utiliza alguns adjetivos para caracterizar a questão ambiental: instável, fluída, aberta, permeável, adaptável, polissêmica... o que denota sua riqueza simbólica e, podemos adicionar, seu potencial de mercado. Nova mola da sociedade capitalista, o meio ambiente pode assim ser visto como fazendo parte das rotas de chegada da sociedade de serviços, da terceirização da economia. O desenvolvimento do “turismo verde” e de todas as formas de utilização lúdica do espaço rural é um exemplo disso (JOLLIVET, 2001). A criação das mercadorias verdes, como temos defendido, é um outro caminho.

Um caminho, ressalta-se, repleto de ironias. Isso porque, como mencionamos, o principal produto que tem se destacado entre as “mercadorias verdes”, no Brasil, é o etanol elaborado a partir da moagem da cana-de-açúcar, a qual tradicionalmente foi (e, muitas vezes, continua sendo) produzida no Brasil sob um sistema monocultor, com tendência à concentração de terras e um gritante desrespeito ao trabalhador e aos recursos naturais. O apelo à sustentabilidade do etanol se esforça, assim, por camuflar que o setor sucroalcooleiro materializa, de modo flagrante, as observações de Marx e Luxemburgo sobre os efeitos do avanço da acumulação capitalista, bem como as preocupações de Polanyi quanto à conversão da terra e do trabalho em mercadorias.

O concreto dessas contradições é descrito por Silva e Martins (2010) num estudo que analisa a dinâmica socioambiental da agricultura sucroalcooleira no interior paulista. Os autores constatarem, nas plantações canavieiras, a segmentação da força de trabalho a partir da divisão étnica e de gênero; a imobilização da força de trabalho de migrantes, muitos dos quais sujeitos aos “gatos”, em virtude das dívidas contraídas e alojadas em condições extremamente precárias; a superexploração, responsável por mortes e pela degeneração física e emocional-psicológica dos indivíduos durante o processo de trabalho, entre outros. Empregando categorias conceituais complementares à análise, eles refletem sobre a

[...] supressão, nos termos empregados por [Hannah] Arendt, das esferas da ação (transcendência de sua condição de trabalhador em direção à política em sentido amplo) e do trabalho (exercício de dominação do saber social sobre a natureza, baseado em atividades teleologicamente orientadas) em benefício da prevalência da dimensão do labor no cotidiano do canavial, como a única garantia de sua sobrevivência orgânica. (SILVA; MARTINS, 2010, p.225).

Estes autores avaliam a permanência do trabalho temporário como uma expressão não apenas econômica, mas também política do desenraizamento do trabalho social. Para eles, o autoritarismo expresso nas diversas modalidades de violências empreendidas contra os

trabalhadores migrantes remete aos *junkers* prussianos descritos por Max Weber. A associação deste processo de acumulação no rural paulista com as características autoritárias da economia *junker* prussiana, porém, não revela um evento fora de seu tempo ou mesmo fora da ordem capitalista:

Com efeito, esses processos de esgarçamento do trabalho social e do ambiente natural são intrínsecos à ordem capitalista. Não são, portanto, resquícios de relações arcaicas, resíduos de práticas autoritárias que escapariam do atual nível de racionalização das práticas capitalistas. Ao contrário disso, o capital, como relação social complexa que é, segue desenvolvendo essas modalidades de emprego do trabalho social e da natureza como parte indissociável de seu moderno processo de valorização que articula tecnologias agronômicas de precisão com níveis extremos de degradação socioambiental. (SILVA; MARTINS, 2010, p. 235).

No referido estudo, Silva e Martins (2010) oferecem dados sobre os danos decorrentes do plantio canavieiro para a erosão dos solos, pontuam os impactos da monocultura da cana sobre a paisagem, discorrem sobre os prejuízos para os recursos hídricos (no que concerne ao consumo de água, às reservas subterrâneas, ao potencial poluidor que ameaça lençóis rasos e profundos), e falam da poluição atmosférica decorrente da emissão de gases durante as queimadas e seus reflexos para a saúde humana. Para eles, o que por vezes os ecologistas chamam de “crise ambiental” é, na verdade, um espectro das contradições de uma modalidade histórica de vivência social. Os autores concluem que, nessas circunstâncias, a reinvenção moderna de exploração do trabalho no agronegócio e a pilhagem ambiental por este promovida compõem um quadro mais amplo de degradação dos modos de vida, revelando os próprios limites deste modelo de agricultura.

Além dos problemas destacados por Silva e Martins (2010), somam-se ao portfólio de potenciais danos causados pela indústria sucroenergética a ameaça à preservação de florestas tropicais, em decorrência da expansão do cultivo da cana para áreas não-tradicionais de plantio; a concorrência com a produção de alimentos e o risco de inflação de seus preços, com o conseqüente aumento do problema da fome; os efeitos da internacionalização da propriedade fundiária no setor canavieiro; além dos questionamentos sobre a efetiva sustentabilidade ambiental deste cultivo.

Apesar disso, desde 2003 o etanol da cana-de-açúcar vem sendo fortemente promovido como opção sustentável para a matriz energética brasileira e mundial, numa articulação entre atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros. Desde então, altos investimentos (financeiros, institucionais e políticos) vêm sendo aplicados, visando a consolidação do produto como uma *commodity* internacional. Pelo que sugerem os números

de produção, as “disposições econômicas” para o consumo do “etanol sustentável” não são nada desprezíveis: entre 2003 e 2010, a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil expandiu 70%, atingindo 9,16 milhões de hectares, e a produção nacional de etanol aumentou 85% no período, chegando a 27,4 bilhões de litros (UNICA, 2012).

Neste processo de acumulação do capital, os negócios seguem um padrão de fusões entre empresas brasileiras e internacionais. Conforme levantado em diversas matérias jornalísticas, os negócios ocorridos desde 2000 envolvem corporações como o grupo francês Union DAS, a Açúcar Guarani (hoje grupo Tereos), a francesa Louis Dreyfus e as usinas Cresciunal e Santelisa Vale (que deram origem ao segundo maior grupo moageiro do país, o LDC-SEV). Também adquiriram ou formaram *joint-ventures* com usinas brasileiras a Bunge, a Shree Renuka Sugars (maior refinaria da Índia), a British Petroleum e a Petrobras. O negócio de maior envergadura foi a *joint-venture* entre a Cosan (maior esmagadora de cana do Brasil) e a Shell (maior distribuidora de biocombustíveis do mundo), num acordo de R\$ 21,2 bilhões fechado em 2010, que deu origem à Raízen Energia. Esta reportou, em seu mais recente balanço financeiro, um lucro líquido da ordem de R\$ 2,1 bilhões apurado apenas no último trimestre de 2013 (RAÍZEN, 2014).

A acumulação capitalista no setor sucroalcooleiro mantém ainda traços que remetem a formas modernas de uma “expansão colonial”, já que vem se observando a presença de conglomerados capitalistas brasileiros para plantio e industrialização da cana em países da África e da América Central. A explícita violência de outrora, no entanto, é substituída formalmente por um consentimento aparente baseado na ética da sustentabilidade, que toma corpo sob a forma de acordos multilaterais (comerciais e para pesquisas), memorandos de entendimento entre empresas e países, entre outros.

Pode-se perguntar, de qualquer modo, o que tornaria o fetiche da mercadoria verde tão eficiente, se problemas reais de gestão de recursos e meios naturais já tinham sido colocados em pauta antes da emergência da chamada “questão ambiental”. Segundo Jollivet (2001), a atenção sobre os problemas ambientais ganha corpo a partir de duas constatações simultâneas: a) a escassez de recursos básicos (água, ar, solos) e, sobretudo, de recursos de boa qualidade; b) uma interdependência total entre os diferentes compartimentos da biosfera, com a transferência das poluições de um lugar para outro, por modificar o equilíbrio geral do planeta.

São essas constatações, entre outras, que fundam o “meio ambiente” como questão institucional, ao passo que, separadamente, cada um dos aspectos considerados não seria mais do que uma faceta de um sistema. Nesse sentido, Jollivet (2001, p.360) destaca o “papel

unificador incontestável” do problema da camada de ozônio - problema este que o etanol busca resolver, como revela o fragmento abaixo:

Os benefícios [do etanol] se manifestam igualmente no terreno da redução de emissões de gases de efeito estufa. O setor [sucroenergético] promove redução equivalente a aproximadamente 18% das emissões dos combustíveis fósseis no país. O etanol respondeu por grande redução na poluição atmosférica em centros urbanos. Com relação à gasolina, houve eliminação do chumbo, de todos os compostos de enxofre, particulados com carbono e sulfatos (etanol a 100%). Compostos orgânicos voláteis passaram a ter menores emissão e toxicidade. [...] A partir de 2001, o custo social evitado em função desses benefícios ambientais teria sido da ordem de R\$ 0,5 bilhão por ano. (BRASIL, 2005, p.116).

Esse é um dos mais fortes apelos empregados na promoção do etanol enquanto um produto sustentável. Embora produzido no Brasil há várias décadas, é na virada do século XXI que tal mercadoria “renasce” com a salvadora promessa de ajudar a humanidade a enfrentar os impactos dos desequilíbrios por ela produzidos: a exploração excessiva dos recursos naturais (sobretudo as fontes fósseis de energia), as emissões de gases causadores do efeito estufa, o aquecimento global e as iminentes ameaças à continuidade de vida das próximas gerações. O aspecto aglutinador do etanol para a solução desses problemas fica evidente nesta frase: “A partir do momento em que as primeiras folhas de cana-de-açúcar começam a pintar de verde a terra dos canaviais, o etanol já está ajudando o planeta e a saúde de seus habitantes.” (UNICA, 2008, p.5).

Para Jollivet (2001), a consequência, extremamente importante, da “globalização” dos fenômenos ambientais, de tal modo que, hoje em dia, falamos mais do aquecimento global que do meio ambiente, é uma subjugação crescente do local, especificamente do comportamento individual, a uma verdadeira ordem planetária, que justifica a intervenção do poder público, em seu escalão local ou central.

O caso do etanol é emblemático enquanto expressão da intervenção do poder público. Seria possível listar uma série de exemplos representativos do apoio do governo federal e dos governos estaduais ao setor sucroalcooleiro para a promoção do etanol, mas por ora basta mencionar as recomendações ao governo federal feitas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em 2005, após análise sobre o setor:

[...] recomenda-se: 4.1. Manter o esforço de P&D nos setores privado e público e ampliá-lo com um programa para novas áreas, considerando a aptidão agrícola e novas variedades, que pode ser conduzido pela Embrapa. Buscar maior envolvimento dos órgãos governamentais ligados ao controle dos experimentos e futuramente a liberação de variedades transgênicas,

inclusive visando a tornar mais ágeis os procedimentos; 4.2. O governo federal deve abrir espaço para a geração distribuída de energia elétrica a partir das usinas, com o uso de contratos de longo prazo e com garantia de preços adequados [...] 4.3. Investimentos públicos na melhoria da rede rodoferroviária, dutos e tanques [...] 4.5. A expansão das exportações brasileiras deve continuar e exigirá um trabalho maior do setor público nas negociações, envolvendo uma grande diversidade de produtos e interesses [...] 4.6. Além de planejar a expansão do etanol, o governo federal tem de formular uma política para o setor de combustíveis automotivos [...] (BRASIL, 2005, p.120-122).

A contrapartida do apoio governamental é justificada, pela indústria sucroalcooleira, pelos benefícios que a mercadoria proporciona “para o Brasil e os brasileiros” (UNICA, 2008). Segundo material de divulgação produzido pela associação que representa tais agroindústrias:

O fato de o etanol ser um produto 100% nacional potencializa seus benefícios para o Brasil e para a sua população. A contribuição do etanol é vital para que o País reúna as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável, com ganhos sociais, econômicos e ambientais, em um momento particularmente crucial para o planeta e seus habitantes. (UNICA, 2008, p.10).

No mesmo documento, a UNICA interpela o leitor a mudar de atitude pelo meio ambiente. A instituição afirma que metade das emissões de gases do efeito estufa no mundo resulta de hábitos e ações individuais, como o uso de automóveis e aquecimento de residências, de modo que a redução das agressões ao meio ambiente passa necessariamente por uma mudança de atitude das pessoas. “Agora que você já sabe por que abastecer com etanol é tão importante para o meio ambiente, conheça mais algumas dicas para ajudar o nosso planeta.” (UNICA, 2008, p. 12), escreve a instituição antes de listar recomendações práticas para o dia-a-dia, como controlar a chama do fogão para evitar desperdícios, descongelar a geladeira regularmente, trocar lâmpadas incandescentes de casa por lâmpadas fluorescentes, preferir pilhas recarregáveis, entre outros. Esse discurso ilustra o apelo a uma “reaproximação” sensitiva e epistemológica entre o homem e a natureza, aquele não mais devendo se comportar como um “predador” dos recursos naturais, e estes não mais aparecendo como simples insumos ou matérias-primas industriais, mas sim como elementos intrinsecamente ligados ao nosso bem-estar.

O aspecto trabalhista também é enfocado nos materiais de divulgação a respeito do etanol, normalmente para destacar que, no Brasil, o setor sucroalcooleiro gera 765 mil empregos diretos e as usinas associadas à UNICA assumiram o compromisso de sempre aperfeiçoar as práticas trabalhistas. “A remuneração média paga pelas empresas do setor é o

dobro do salário mínimo nacional e o segundo maior valor médio na agricultura brasileira. No Estado de São Paulo, o número de trabalhadores rurais com carteira assinada [...] atinge quase 100% nas associadas da entidade.” (UNICA, 2008, p.11). A instituição também ressalta que desde 2006 vem discutindo com trabalhadores e governo iniciativas para aperfeiçoar as condições de trabalho rural no setor, com uma pauta que envolve temas como contrato de trabalho, saúde, transporte, alojamentos, equipamento de proteção individual, migração, capacitação e requalificação de trabalhadores, tentando demonstrar que os trabalhadores não estão invisibilizados e compõem sua agenda de preocupações. Vários estudos questionam e contestam essa retórica, não cabendo neste artigo o aprofundamento da questão. No escopo deste trabalho, o interessante é sublinhar como o capitalismo assimila as críticas que lhes são dirigidas para acentuar o processo de acumulação. O apelo à ética da sustentabilidade, em sua faceta ambiental, social e econômica, proporciona novos contornos às análises que atestam que tanto o trabalho quanto a natureza, ao serem mercantilizados, tornam-se simples fontes indeterminadas de produção de valor, reificados e desvinculados de significados socioculturais. Sob o capitalismo das mercadorias verdes, novos sentidos são socialmente construídos e imputados às mercadorias que, nos termos de Polanyi (2000), são genuínas, posto que confeccionadas com o intuito último da geração de valor de troca e, conseqüentemente, visando à circulação.

Considerações finais

Este trabalho constitui-se num breve ensaio sobre a problemática da mercantilização dos recursos naturais. Com base em trabalhos de relevo na teoria social, foi possível aqui avançar na interpretação de alguns elementos fundamentais que possibilitam a criação de novas mercadorias que apelam à sustentabilidade ambiental. Para compreender as formas e sentidos contemporâneos desta apropriação da natureza, o presente trabalho buscou contextualizar a construção social do etanol brasileiro como exemplo empírico da promoção de formas de ecologização das mercadorias.

As discussões empreendidas permitiram identificar como a emergência da questão ambiental, tal como a conhecemos hoje, possibilita a criação de novas mercadorias, com auras intensificadas pelo “misticismo” da sustentabilidade. Tais “mercadorias verdes” parecem apelar para uma “reaproximação” entre homem e natureza, no sentido contrário do contexto que possibilitou a consolidação capitalista (qual seja, o da separação destes elementos). Responsabilizando o homem pela degradação dos recursos naturais e imputando-lhe o papel

de guardião das condições ambientais de vida no planeta, as mercadorias “sustentáveis” permitem às firmas capitalistas contemporâneas acelerar os ciclos de acumulação do capital, apoiadas numa ordem de valores ecológicos, éticos.

A força da questão ambiental reside nos rearranjos e agregações de fragmentos até então dispersos de sensibilidades e doutrinas que são, de fora, frequentemente contraditórias, além de projetar essas sensibilidades, muitas vezes secundárias, ou de fato marginais, para o centro do debate público e promovê-las à categoria de uma questão de Estado (JOLLIVET, 2001).

Nos limites deste trabalho, propomos extrapolar este raciocínio para refletir sobre como as sensibilidades às quais a questão ambiental remete - de cuidados com o planeta, com a natureza, com o próximo, com as gerações futuras, etc. – possibilitam às firmas capitalistas produzir e comercializar novas mercadorias, intensificando seu processo de acumulação com respaldo nas esferas públicas e privadas, por meio de disposições subjetivas já inseridas nas estruturas econômicas da sociedade de consumo.

FROM THE MERCANTILIZATION OF NATURE TO THE CREATION OF GREEN COMMODITIES

ABSTRACT: *This article aims to discuss some forms and senses of the appropriation of nature in the modern capitalist society. It is, therefore, divided in two parts, after the introduction. The first part comments on the genesis of the mercantilization of nature, with emphasis on the transformation of land in a commodity, as well as on the dissociation man-nature, supported by texts from Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Karl Polanyi and Pierre Bourdieu. The second part indicates how the emergency of the environmental question makes possible the creation of new sustainable merchandises. The empirical background relies on brief observations of the Brazilian sugar-energy sector and ethanol. We finally suggest that green commodities appeal to a sensitive and epistemological re-approximation of man and nature, aiming to intensify the capitalist accumulation process.*

KEYWORDS: *Society and nature. Ruralities and environment. Green commodities. Mercantilization of nature*

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRASIL. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica. **Cadernos NAE: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**. Brasília, n.2, 2005.

BUTTEL, F.; TAYLOR, P. Environmental sociology and global environmental change: a critical assessment. In: REDCLIFT, M.; BENTON, T. (Ed.). **Social theory and the global environment**. New York: Routledge, 1994. p.228-255.

JOLLIVET, M. Agriculture et environnement: réflexions sociologiques. In: _____. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme**. Paris: Arguments, 2001. p.358-367.

HOBBSBAWN, E. Introdução. In: MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEFF, E. **Ecologia y capital: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1986.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARTINS, R. C. **A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Os Economistas ; v.5).

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas ; v.1.).

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de Joao Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. Tradução de Walter S. Maia. 3.ed. São Paulo: Global, 1979.

O'CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. **Capitalism, Nature, Socialism**, [S.l.], v.2, n.3, Oct. 1991.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAIZEN. **Relatório de resultados: relatório 3T 2013**. Cosan, 2013. Disponível em: <<http://ri.cosan.com.br/Download.aspx?Arquivo=H+Cj5PQNuXTE4R+1XP3AsA==>>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. **Sociologias**, Porto Alegre, v.12, p.196-240, 2010.

STAHTEL, A.W. Time contradictions of capitalism. **Capitalism, Nature, Socialism**, [S.l.], v.10, n.1, Mar. 1999.

TAUSSIG, M. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR [UNICA]. **Unicadata**. Disponível em: <<http://www.unicadata.com.br/index.php?idioma=1>>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. **Como e por que o álcool combustível melhora a sua vida e a do planeta: etanol uma atitude inteligente**. São Paulo: Editora Globo, 2008. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=31214393>>. Acesso em: 30 jan. 2014.